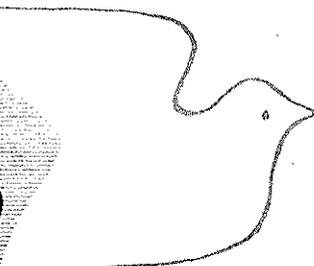


JORNAL DOS DIREITOS HUMANOS



YARÓSSO

Ano II Nº 6 - Março de 1989 - Publicação do MNDDH - Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - NCz\$ 0,50.

YANOMAMI: UM POVO ENCURRALADO

Foto: Cláudia Andujar

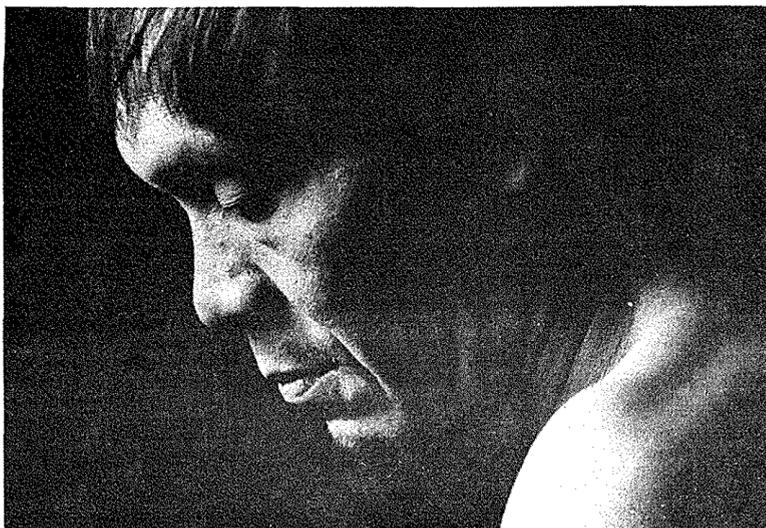


NOVE MIL YANOMAMI, UM DOS POVOS INDÍGENAS MAIS NUMEROSOS DO BRASIL, ESTÃO SENDO ENCURRALADOS NOS ESTADOS DE RORAIMA E DO AMAZONAS, PELA OFENSIVA CONJUNTA DO GOVERNO (CALHA NORTE, FUNAI, GOVERNO RORAIMENSE), TRANSNACIONAIS E EMPRESAS PRIVADAS BRASILEIRAS E PELOS GARIMPEIROS. O POVO YANOMAMI, A FLORESTA AMAZÔNICA, OS RIOS, OS ANIMAIS E AS MONTANHAS VÃO SENDO RAPIDAMENTE DESTRUÍDOS EM NOME DO "PROGRESSO" E DO LUCRO. NESTA EDIÇÃO, UM BALANÇO DA SITUAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECOLÓGICA DOS YANOMAMI. PÁGINAS 6, 7, 8, 9 E 12.

YANOMAMI: UM POVO AMEAÇADO

Através do mundo, e por muitos séculos, os povos indígenas têm estado engajados em uma luta pela sobrevivência, contra a discriminação e opressão exercidas pela sociedade dominante. Em inúmeras instâncias, nações indígenas foram exterminadas pela violência e doença, ou reduzidas à pobreza ou dependência. Ainda assim, em muitas outras instâncias, os povos indígenas resistiram, e continuam a resistir, contra a dominação, apesar da enorme pressão de estarem cercados por sistemas poderosos. Durante as duas décadas passadas um movimento mundial de direitos humanos se formou, consistindo de indígenas e de organizações de apoio indígenas, seguido por grupos de direitos humanos e indivíduos interessados, com diferentes experiências de vida. Em anos recentes este movimento fez grandes avanços no sentido de garantir os direitos dos povos indígenas à sobrevivência.

O Calha Norte, as transnacionais, o grande capital brasileiro e os garimpeiros cobriam e destroem as terras Yanomami. (Foto Cláudia Andujar)



O POVO YANOMAMI NO BRASIL E A PRESERVAÇÃO DE SEU HABITAT

A área é habitada por cerca de 10.000 indígenas da família linguística Yanomami. Ocupam a grande região montanhosa na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Sua população total, nos dois países, está estimada em cerca de 20.000.

O ponto de dispersão original da grande família linguística Yanomami, de acordo com as suas tradições, teria sido a região da Serra Parima, junto à qual se encontra hoje a maior concentração Yanomami do Brasil. A população Yanomami no Brasil vive dispersa em um mínimo de 150 malocas conhecidas nos estados de Roraima e do Amazonas, a grande maioria das quais está localizada ao norte do traçado da rodovia Perimetral Norte, na região do Maciço das Guianas.

A área é reconhecida historicamente como de ocupação contínua dos índios Yanomami desde tempos remotos. Comprovam-na a própria tradição oral dos índios (Lizot 1977:116) e relatos de diversos exploradores e membros de expedições científicas que percorreram a região, a partir da segunda metade do século 18. A partir dos anos cinquenta, começam a ser instaladas na área as primeiras missões protestantes e católicas (CCPY, 1979).

Em sua maior parte, o território Yanomami está coberto por densa floresta equatorial úmida, embora existam algumas clareiras de vegetação esparsa. O terreno é, em geral, bastante acidentado, principalmente nas áreas próximas ou junto às serras Parima e Pacaraima, que constituem o divisor de águas que separa as bacias do Amazonas e do Orinoco e que também servem de divisa internacional entre o Brasil e a Venezuela. Em consequência desse relevo acidentado, a maior parte dos rios é muito encaixado, o que torna o acesso fluvial a muitas localidades, senão impossível, pelo menos extremamente difícil, contornado atualmente pelos invasores, os milhares de garimpeiros que penetraram as terras tradicionalmente ocupadas pelos Yanomami,

por via aérea.

Deve-se ressaltar, porém, que dentro desse tipo geral de floresta equatorial são encontradas muitas diferenças de fauna e flora. Esse habitat dos Yanomami, também conhecido como Maciço das Guianas, representa uma das formações geológicas mais antigas do continente sul-americano. Em consequência, os solos são, em sua grande maioria, extremamente pobres e inadequados à agricultura intensiva, mas ricos em minérios. Quase metade da extensão do território Yanomami é considerada como totalmente inadequada à agricultura, merecendo atenção especial contra uma utilização indevida que teria como resultado inevitável o esgotamento irreversível de seu ecossistema (CCPY, 1979).

Entretanto, mesmo em condições de solos tão pobres, os Yanomami têm conseguido, durante séculos a fio, extrair uma subsistência perfeitamente satisfatória, sem por isso por em risco o precário equilíbrio ecológico da região. Para conseguir esse resultado, os Yanomami desenvolveram um mecanismo de cultivo e exploração de suas terras (caça, pesca, coleta) que até recentemente lhes permitiu a conservação do meio ambiente original e de seus recursos naturais.

A cada três ou cinco anos, os Yanomami transferem suas malocas para novos locais de floresta, deixando os antigos em fase de pouso, para o rejuvenescimento do solo, fauna e flora. Deixada desse modo, a antiga floresta terá a oportunidade de se reconstituir dentro de 50 a 100 anos. Isto significa que, em duas ou quatro gerações, é possível reutilizar o mesmo espaço anterior, com todas as vantagens que a floresta oferece. Para isto, é imprescindível que os indígenas mudem suas aldeias periodicamente. Graças a esses padrões de assentamento disperso e móvel, os Yanomami têm conseguido extrair uma subsistência contínua por séculos a fio com grande sucesso adaptativo. Para tan-

to, desenvolveram mecanismos de trabalho e de relações sociais que contribuem para que seja mantido esse *desideratum* ecológico que, na Amazônia, representa a população dispersa e sistema agrícola e extrativo de pouso. As velhas roças abandonadas em decorrência das migrações tradicionais são, entretanto, usadas ainda por muitos anos, para colheita de alguns produtos anteriormente cultivados, cujo ciclo de aproveitamento é bastante longo, como a pupunha, certos tubérculos e várias espécies de bananeira. Após o necessário período de recuperação ecológica, a área pode ser novamente ocupada pelos descendentes do mesmo grupo ou por outro grupo residencial (CCPY, 1979).

As áreas compreendidas entre as diversas aldeias ou entre os conjuntos de aldeias, bem como as áreas de perambulação, estão cobertas por uma densa rede de picadas, pontilhadas de inúmeros acampamentos de caça e de tapirins utilizados durante as viagens. Radiando de cada aldeia essas picadas se espalham para roças recém-abertas, em utilização ou já abandonadas, para outras aldeias, para fontes de água, de frutos silvestres, locais ricos em certas matérias-primas, formando um emaranhado de caminhos mantidos abertos pela utilização constante que deles fazem os moradores dessas aldeias (Funai, 1984).

Cada parcela da floresta é aproveitada, tem nome, é percorrida com íntima familiaridade e impregna a memória do grupo, através de relatos históricos e mitológicos, desde os tempos mais remotos.

Ao buscarem novos sítios para residência e roças, os membros de grupos dissidentes estão, na realidade, aliviando a pressão demográfica sobre a utilização de recursos de uma dada área, que ficaria sobrecarregada se a população da comunidade original crescesse e permanecesse concentrada no mesmo local por tempo indefinido (Funai, 1984).

PROJETO CALHA NORTE

Eldorado garimpeiro

Até os fins de 1973, os contatos dos Yanomami com a sociedade envolvente foram esporádicos: expedições científicas, Comissões de Limites, missionários, membros da FAB e indivíduos engajados em atividades extrativistas — castanheiros, gateiros, coletores de batata e seringa. A partir dessa data, programas de desenvolvimento regionais começaram a entrar em confronto com a vida tradicional dos Yanomami. Os principais projetos têm sido: construção de estradas, colonização associada à agropecuária e mineração. Em decorrência da construção do trecho da rodovia Perimetral Norte, que cortou o território Yanomami na sua parte sudeste, verificou-se, entre 1974 e 1978, a dizimação por doenças trazidas pelos trabalhadores, de 22% da população Yanomami do rio Ajarani e de 50% da população de quatro aldeias do alto rio Catrimani, além de inúmeras epidemias de gripe e outras doenças (Funai, 1984).

A descoberta de cassiterita na Serra de Surucucus, em 1975, levou, por sua vez, grande número de garimpeiros ao coração do território Yanomami no Brasil, onde habitam cerca de 4.000 índios. Da presença ilegal e desordenada de 500 garimpeiros na região, até 1976, resultaram conflitos entre índios e brancos, tuberculose, doenças venéreas, surtos de gripes e mortes entre os Yanomami daquela região.

Por toda parte onde há penetração de brancos na área têm surgido problemas sérios de saúde entre os Yanomami, com a conseqüente perda de vidas. Isto tem ocorrido há pelo menos duas décadas, em vários pontos de seu território.

Sem dúvida, a maior ameaça que recai sobre os Yanomami é a invasão contínua de garimpeiros em vários pontos de seu território, associada à falta de vontade política do governo em sanar esta situação. No período de 1968 a 1978, diversas entidades e estudiosos ligados à problemática indígena e à questão Yanomami não só alertaram o governo para a necessidade de demarcação das terras Yanomami, sob a forma de um Parque Indígena em área contínua, como também enfatizaram a urgência das providências a serem tomadas para a efetiva preservação da vida e cultura desse povo recém-contatado (Funai, 1984).

Entre 1979 e 1985 foram elaboradas quatro propostas para a criação de um Parque Indígena e Ecológico em área contínua, sendo duas pela própria Funai, em colaboração com membros da CCPY, destacando a facilidade em se resolver a demarcação, já que a maior parte do território Yanomami se encontrava livre de ocupação permanente por não índios (brancos), ao contrário de outras regiões do país, onde áreas indígenas estão solidamente tomadas pela sociedade nacional. (Projeto de Lei nº 379/85, Severo Gomes, 1985). Mas os planos do governo eram outros.

Em 1986 a opinião pública brasileira e internacional foi surpreendida pela notícia de que o governo brasileiro implementava um vasto programa militar e de desenvolvimento econômico — o Projeto Calha Norte (PCN) — aprovado sigilosamente em junho de 1985, abrangendo toda a região compreendida pelos afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, o que representa cerca de 14% do território brasileiro.

A confidencialidade do Projeto foi "explicada" pelo então Conselho de Segurança Nacional (CSN) devido ao fato de que a prioridade governamental, sendo acordada à Calha Norte, poderia vir a suscitar tanto expectativas domésticas exageradas quanto temores infundados nos países limítrofes. O tratamento sigiloso, pelo menos nos estágios iniciais de análise, era "justificado" pelo fato de que muitos dos temas abordados, tais como a reformulação de políticas indigenistas, retomada da demarcação de fronteira, ou localização de instalações militares, são temas de alta sensibilidade política.

Os pormenores do Projeto Calha Norte mostram que 50.000 índios que vivem na área vão sofrer negativamente os efeitos de medidas a serem tomadas a partir das suas premissas principais, que recomendam ocupar os "vazios demográficos", principalmente a faixa de fronteira de 6.500 km, desde a Colômbia até a Guiana Francesa. Segundo um documento divulgado pelos bispos da Amazônia Ocidental (Folha de S.Paulo, 3.12.86), o Projeto Calha Norte, prevendo a ocupação militar e o desenvolvimento sócio-econômico da fronteira norte do país, acelerará o processo de destruição da cultura indígena.

É irônico que este Projeto venha a ser implantado exatamente na época de um "retorno à democracia" no Brasil.

O ponto culminante deste processo é o Primeiro Plano para o Desenvolvimento da Amazônia, que inclui projetos de desenvolvimento hidrelétrico, a construção de grandes rodovias e mineração. O Projeto Calha Norte cria a base militar para a implantação do Plano.

Ainda segundo o Projeto Calha Norte, a área Yanomami é "região potencialmente rica em recursos extrativos minerais (...)" e "de vital interesse de preservação econômica". Há anos a nua nacional e especificamente de Roraima apresenta ad nauseam a região Yanomami como sendo o "Novo Eldorado Mineral". Segundo um artigo publicado em 1987, Roraima contém uma província mineral enorme — o Grupo Roraima — com mais de 150 quilômetros de jazidas de ouro, bem como grandes depósitos de cassiterita e minérios radioativos (Folha de Boa Vista, 12.06.87). Dos 850 pedidos de pesquisa e alvarás na área já feitos ao DNPM, mais de um terço vem de empresas multinacionais ou de seus sócios brasileiros. Portanto, o controle nacional sobre estes recursos minerais é de extrema importância para o Brasil.

Enquanto a existência de uma província mineral em Roraima não é um fato novo (é conhecida desde os anos 70), o anúncio deste "Eldorado Mineral" através da imprensa e o seu vínculo direto com a segurança nacional não deixam nenhuma dúvida sobre o verdadeiro motivo por trás da necessidade de um aumento da presença oficial na área: assegurar o controle nacional sobre a província mineral. O PCN, portanto, deveria criar a infraestrutura e a proteção necessárias para o futuro desenvolvimento mineral da região, enquanto estimula a ocupação "brasileira" na região. Entretanto, a implantação física, após um primeiro



Se toda a sociedade civil não se mobilizar, o extermínio dos Yanomami poderá ser inevitável. (Foto Cláudia Andujar)

impulso em 1986/87, parece ter sido desacelerada na área Yanomami. Mas só aparentemente.

Sua expressão maior em 1988 foi a formulação de duas Portarias Interministeriais propondo uma política de demarcação e de administração específica para o caso Yanomami, em conformidade com os planos e princípios do Projeto Calha Norte. (Ver a questão das Portarias mais adiante.)

A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Desde a implantação do PCN, iniciada em princípios de 1986 com a expansão das pistas de pouso, os índios têm tido contato com grupos de trabalhadores da construção, que têm entrado na região de uma maneira desordenada e sem as necessárias precauções de saúde e supervisão médica.

O impacto desse primeiro contato, em regiões remotas como as Serras de Parima e Couto de Magalhães (cerca de 3.500 índios), é de muitas maneiras característica do que acontece às populações isoladas. Os trabalhadores estavam despreparados para o contato e sua interação com os índios provou ser incontrolável.

Gravíssimo é o fato de o PCN ter facilitado a invasão através da construção de uma pista de pouso na Serra de Couto de Magalhães, que atualmente é a via principal para as invasões. O PI Paapiú, no coração dessa Serra, se transformou no interposto da movimentação e penetração garimpeira no território Yanomami. É desse ponto que está sendo feita boa parte da ocupação garimpeira das terras Yanomami, com a ajuda de helicópteros e

aviões de pequeno porte.

No princípio, a implantação do Projeto Calha Norte deixou perplexos e bastante preocupados os Yanomami em Surucucus. Membros do Alto Comando do Exército da Amazônia visitaram as lideranças Yanomami no início de 1987 (em Surucucus). Prometeram não fazer povoamento, além dos soldados previstos, garantir a segurança de suas terras, asseguraram a não entrada dos garimpeiros e outros invasores, e o respeito a suas mulheres.

Os Yanomami, por sua vez, disseram que aceitavam os soldados com seu chefe se este garantisse não deixar entrar nem os garimpeiros nem outros "brancos" para morar em suas terras, e não mexer com suas mulheres. Os Yanomami foram taxativos ao afirmar: "Se os soldados mexerem com nossas mulheres ou chamarem outros 'brancos' para morar em nossas terras, nós vamos brigar", acrescentando: "Nós somos muitos, eles podem nos matar mas nós também matamos eles. Se eles têm metralhadoras, nós temos veneno e eles nem sabem como morrer".

Porém, a presença do destacamento militar no PI Surucucus (PNI) jamais teve invasores em lugar algum, nem nas áreas próximas ao Posto. A Polícia Militar (PM), cúmplice das autoridades locais, presente nos garimpos, tem como única função a defesa das atividades garimpeiras e é sabido que em muitos casos está envolvida em atividades de garimpagem. Os servidores da Funai não têm autoridade nem sobre os garimpeiros nem sobre a Polícia Militar e não é incomum seu envolvimento também com a garimpagem. Assim, os Yanomami estão abandonados a seu próprio destino. Muitos estão doentes, morrendo, sem assistência, inferiorizados e desmoralizados frente a um verdadeiro exército de invasores. De fato, o processo de ocupação de suas terras está ocorrendo através de todo o seu território, atingindo toda a sua população. O novo Estado de Roraima está se transformando num "Estado de Garimpeiros", em que os Yanomami, para sobreviver, serão forçados a encontrar novas maneiras de resistir, se não houver uma forte vontade política de sanar a situação.

A relação dos garimpeiros com os Yanomami e vice-versa é complexa. Para começar, temos que lembrar que a grande maioria dos Yanomami, até recentemente, só convivia com uns poucos funcionários da Funai e com missionários. A construção da rodovia Perimetral Norte foi a primeira ocasião em que foram confrontados com um contingente de trabalhadores estranhos à etnia em área relativamente restrita. O segundo confronto ocorreu na área de Surucucus, ainda nos anos setenta, com a abertura do garimpo naquela

região, e durante a construção do destacamento militar (PCN), em 1986/87.

Nas áreas periféricas há intercâmbio comercial com a população regional, um pouco por todo lado, colonização na região do Ajarani, e há 30 anos há exploração de ouro localizada na região do Ericó e em outras regiões desde o começo de 80. Mas foi em 1987 que se iniciou a invasão maciça de boa parte do território Yanomami. Como sempre, nos primeiros contatos, a curiosidade e a avidez,

pelo novo, dos Yanomami venceram o medo. Devido a isso, em certas regiões eles, no princípio, tendem a facilitar a entrada de estranhos. É o momento de "namoro", em que acreditam que pode haver uma relação que permite a troca de bens e favores.

Essa ilusão de possível relacionamento amistoso dura pouco. Quando a mão-de-obra indígena não é requisitada (como é o caso atualmente), e o invasor só enxerga um empecilho na presença do indígena, não há possibilidade de

relação de igualdade. Com o avanço descontrolado sobre as terras Yanomami, a percepção de se encontrarem numa situação de minoria numérica e marginalização são inevitáveis. Ela é assustadora para um povo que sempre viveu pensando ser o POVO no mundo (etnocentrismo absoluto, característico de povos recém-contatados). Por outro lado, o garimpeiro sabe muito bem que está pisando em terreno delicado. A princípio tem vantagem em não brigar, se nele não encontrar resistência.

Casos conhecidos de resistência e de mortes

Em maio de 1987, uma das mais expressivas lideranças Yanomami, Davi Kopenawa, coloca ao presidente Sarney suas preocupações quanto às crescentes invasões da área Yanomami e solicita a tomada de medidas efetivas para evitar o desaparecimento de mais um povo indígena que tem o direito de viver. O presidente responde em junho/87 que está ciente da problemática e que órgãos do governo estão trabalhando intensamente para, a partir do conhecimento real da situação, propor soluções orientadas para atuar de forma enérgica contra invasão das áreas Yanomami. No entanto, a Funai, assim como o poder militar, alegaram que era impossível empreender tal tarefa.

Em julho/87 a Polícia Federal profere os lançamentos de gêneros alimentícios para os garimpos na área Yanomami, mas o advogado da Associação dos Garimpeiros consegue liminar em Boa Vista (RR) contra esta proibição. Em agosto/87 se dá um choque entre índios e garimpeiros. De acordo com a versão mais plausível

Cláudia Andujar



para o conflito, um grupo de índios Yanomami da região do Mucajaí, que estava garimpando no Couto de Magalhães e havia se ausentado para visitar seus parentes, ao retornar encontra seu acampamento ocupado por garimpeiros. No dia 15.08.87, os Yanomami voltam ao acampamento procurando resolver a questão ("sem estarem pintados de preto para guerra", conforme conta Davi Yanomami) e são recebidos por tiros de rifles e revólveres. Três Yanomami caem mortos no próprio acampamento e o quarto a pouca distância. A polícia encontraria mais tarde o corpo de um garimpeiro morto. Um garimpeiro ferido é removido para Boa Vista.

Segundo um funcionário da Polícia Civil que esteve no local do incidente e presenciou a autópsia dos corpos dos índios "... a cena era das mais comoventes e revoltantes, com os corpos dos coitados totalmente mutilados. Tiros, facadas, pauladas, um verdadeiro retrato de perversidade humana". (Folha de Boa Vista, 28.08.87)

A CCPY, em junho de 1988, divulga a morte por tiros de uma menina originária da Serra de Surucucus, da comunidade dos Tireitheri, surpreendidos por um bom número de garimpeiros, responsáveis pelo homicídio na roça. O pai, um Yanomami de uns cinquenta anos, foi baleado pelas costas enquanto carregava sua filha nos braços que, atingida por uma bala no tórax, morreu na hora. Júlio Gois Yanomami, originário da região do Maturacá no Amazonas, na noite de 18 de maio também foi baleado em São Gabriel da Cachoeira. Outro caso grave ocorreu em 03.11.88 com um jovem Yanomami do Paapiú, também baleado por um garimpeiro quando o jovem estava subindo numa árvore. O garimpeiro, ao vê-lo, gritou "macaco, macaco", como se fosse um animal, e disparou sua espingarda contra o rapaz, que ficou gravemente ferido. Nenhum desses casos foi apurado pela Justiça.

Durante o ano e meio de acelerada invasão das terras Yanomami, além das mortes cometidas por violência, sem dúvida nenhuma, a maioria das vítimas indígenas morreu em consequência de doenças e principalmente de complicações da malária. É difícil obter um número exato, mas este deve se aproximar de uma centena, conforme informação e relatos dos próprios Yanomami.

O mito do Estado Yanomami

O interesse especial dos militares na área Yanomami, expresso no texto do Projeto Calha Norte, é baseado em várias justificativas. A primeira desta é uma ameaça percebida à soberania nacional, representada por um suposto movimento para criar um "Estado Yanomami". Segundo o Projeto, "há bastante tempo observam-se pressões, tanto de nacionais quanto de estrangeiros, visando constituir — às custas do atual território brasileiro e venezuelano — um Estado Yanomami (PCN, p.5). Segundo a revista Retrato do Brasil (15.01.87 e o Estado de São Paulo, 22.11.88), este argumento — absolutamente absurdo do ponto de vista histórico e sociológico — foi copiado do ex-oficial da Aeronáutica e ex-deputado da Arena de Roraima, Hélio Campos, que em 1979 declarou que os Yanomami praticavam uma espécie de "socialismo tribal" que era o primeiro passo para o desmembramento de suas reservas do território brasileiro. Por isso, segundo Campos, o governo não deveria demarcar as terras indígenas dentro de uma faixa de 150 quilômetros da fronteira e, além disso, deveria deslocar todos os índios vivendo nas fronteiras para o interior do país. O Conselho de Segurança Nacional, de fato, apoia a medida de não demarcar reservas indígenas em área contínua na área de fronteira e sempre temeu que o movimento em favor da criação do Parque Yanomami seria o primeiro passo para o "separatismo Yanomami".

A 3 de setembro de 1988, através da Portaria Interministerial nº 160, era criada a "Terra Indígena Yanomami", com uma área de mais de 8 milhões de hectares, cuja redação ambígua prenunciava a probabilidade de esbulho de mais de 70% da área indígena, já que destinava quase 6 milhões de hectares a duas florestas nacionais e um Parque Nacional. Estabelecia a Portaria 160, porém, que o espaço coberto pelas florestas e o Parque continuariam como área de posse permanente dos Yanomami.

Anunciada com grande estardalhaço pelo governo brasileiro, que afirmava estar cumprindo, através da Por-

taria, a Constituição e a lei ao garantir o direito dos índios ao território ancestral, provou logo tratar-se de uma farsa.

Apenas dois meses depois, no dia 18 de novembro de 1988, o governo Sarney anulava a Portaria 160 através da Portaria Interministerial 250, que dava destinação diversa às duas florestas nacionais e ao Parque, os quais deixavam de ser terra de posse permanente dos índios Yanomami. Pela nova Portaria fica maliciosamente estabelecido que os índios têm o direito de uso preferencial, portanto não exclusivo, das terras que rodeiam o "arquipélago" de 19 áreas indígenas, deixando para um órgão do Ministério da Agricultura (o IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e à Funai regular o uso e a exploração das florestas nacionais.

A nova Portaria desvenda assim uma trama que, além de implicar na destruição de todo um povo e na devastação de forma irremediável de uma grande área ambiental da Amazônia brasileira, tem como verdadeiro e principal objetivo institucionalizar a permanência dos 40 mil garimpeiros dentro da terra Yanomami, estes sim os que já detêm por antecipação o uso preferencial das Florestas Nacionais.

A CCPY e entidades que defendem os direitos dos índios no Brasil, inconformadas com o tratamento intolerável e ilegal dado ao povo Yanomami, estão providenciando medidas judiciais para revogar a Portaria 250 (CCPY, 26.11.88).

Para os Yanomami, este é um momento histórico. O futuro não mais será igual ao passado. É sua sobrevivência como povo que está em jogo. Muito dependerá de sua habilidade em se organizar. A nós cabe acompanhá-los.

Cláudia Andujar é coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY).

DOS CONTATOS DOS YANOMAMI COM A CIVILIZAÇÃO

Bruce Albert

O contato dos brancos com os Yanomami, intensificado a partir dos anos 70, já afetou gravemente essa população indígena, provocando baixas demográficas e uma degradação generalizada de sua saúde. Epidemias letais de coqueluche, sarampo, gripe, têm atingido diversos grupos Yanomami, causando um alarmante declínio populacional. Esses grupos encontram-se num crônico estado sanitário deplorável, apresentando alta incidência de parasitose intestinal, malária, tuberculose e oncosercose, além de péssima saúde bucal.

As taxas de mortalidade são alarmantes e as pirâmides etárias apresentam características das populações em extinção. Apenas alguns raros conjuntos Yanomami — ou porque estão isolados ou porque recebem assistência médica intensiva de parte das Missões — são poupadas desse alarmante crescimento das taxas de mortalidade.

O Projeto Calha Norte, abrindo o território Yanomami à fronteira econômico-militar, só agravará esta situação, já bastante crítica em função da presença dos garimpos. Esse projeto generalizará brutalmente, na área Yanomami, o processo de contaminação epidemiológica, de redução territorial e de sedentarização.

Embora os Yanomami tenham conhecido um grande crescimento demográfico no passado, esse aumento populacional foi sendo progressivamente contido, interrompido e até mesmo invertido pelo choque do contato. O que se observa no momento são altas taxas de mortalidade, em particular infantil, conjugadas a taxas de fertilidade estacionárias ou mesmo, no futuro, decrescentes, em razão, entre outros problemas, de doenças venéreas.

Esta situação expõe os Yanomami ao risco de uma regressão populacional generalizada, talvez irreversível, apesar de possuírem ainda um volume demográfico notável, para uma sociedade indígena da Amazônia contemporânea.

A sistemática invasão do território Yanomami exacerbará as alterações que já se manifestam em seu modelo de ocupação e de exploração do meio ambiente. Essa invasão agravará o declínio demográfico que já se observa entre eles, porque compromete brutalmente o equilíbrio com que os Yanomami se distribuem e se repartem, quando necessário, em função dos recursos naturais.

A coleta e, principalmente, a caça, serão as atividades econômicas mais



atingidas pelas alterações em seu modelo de ocupação do espaço e da exploração dos recursos naturais.

Entre os efeitos do contato sobre a caça indígena, pode-se destacar aqueles relativos à **produção excessiva** e à **rarefação** da mesma.

A predação excessiva é causada pela inovação das técnicas (uso de lâmpadas, de espingardas e outros instrumentos); pela mudança das finalidades da caça (venda ou troca de animais abatidos, de ornamentos plumários, de animais de estimação) e, sobretudo, pela nucleação e sedentarização do habitat nas cercanias das Missões, dos postos da Funai e das frentes de colonização.

A rarefação da caça, por outro lado, ocorre em virtude das perturbações ecológicas produzidas pelas poluições, desmatamentos, esca-

vações, construção de grandes obras em território indígena e às restrições territoriais impostas pela expansão da fronteira. Tais pressões sobre a caça e a coleta terminarão provocando uma instabilidade nutricional crônica entre os grupos locais atingidos ou cercados pela fronteira regional.

Os Yanomami serão atingidos por um grave déficit quantitativo e qualitativo de proteínas animais e vegetais. Somente raros grupos sedentarizados em zonas ribeirinhas poderão compensar essa situação de carência por meio da pesca. Ressalte-se, no entanto, que também esses recursos estarão sendo afetados pela poluição ocasionada pelas atividades mineradoras e pelas perturbações ecológicas produzidas pelas barragens.

O déficit nutricional crônico será agravado pela superinfestação de pa-

rasitas intestinais, consequência da concentração demográfica. Geralmente desnutridos, os Yanomami sofrerão com mais intensidade o impacto das viroses, da malária e, especialmente, da tuberculose, cuja propagação também é facilitada pela nucleação do povoamento. A própria intensificação dessas doenças contribuirá para o agravamento da desnutrição, fechando-se, assim, o círculo da inter-relação entre desestruturação econômica e degradação sanitária.

Ressalte-se que se pode considerar os Yanomami como uma população recentemente contactada. A médio e longo prazos, a julgar pelas atuais consequências desastrosas da penetração da fronteira regional em seu território, pode-se afirmar que a existência da etnia está posta em perigo.

Caso não se adote uma política protecionista ecológica e culturalmente apropriada, os Yanomami serão mais uma sociedade ameríndia dizimada, como o foram pelo menos 15 outras, entre 1730 e 1930, na região que cerca seu território. Passar ao largo das reflexões que os dados já levantados indicam, significaria compactuar com um **genocídio por omissão**.

Unicamente a garantia efetiva de um território ecologicamente aos Yanomami, poderá livrá-los do extermínio de que foram vítimas seus vizinhos. Para tanto, é necessário evitar a desestruturação rápida de seu sistema adaptativo, assim como implantar uma assistência médica generalizada e adaptada.

Os dados aqui discutidos demonstram a importância do desenvolvimento do conhecimento antropológico sobre a relação entre ecologia, território e saúde. Esse conhecimento deve desempenhar um importante papel na defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas e na orientação de uma política de intervenção protecionista adequada. Tais metas constituem um desafio científico e um compromisso social que devem estar entre as prioridades dos estudos ecológicos entre as populações indígenas da Amazônia contemporânea.

Bruce Albert é antropólogo do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UNB).

«Minha terra é a última pra invadir»

“A minha é a última terra pra invadir, é a última invasão. Depois do índio sofrer, o branco vai sofrer também”. É o que disse o índio Davi Yanomami, Prêmio Global 500 das Nações Unidas, à repórter Rosana Bond, da Agência Estado, em Brasília, em depoimento após ser premiado no último dia 31 de janeiro. Eis a íntegra do depoimento:

Com esse prêmio da ONU fiquei mais forte. Os brancos, ajudando a mim, me dão coragem para qualquer briga. Sou um índio mais feliz que outros. Meus parentes são muitos, mas são poucos os que falam português. Na minha tribo Yanomami somos atrasados, somos primitivos, lá todo mundo anda nu. Tem só uns dez ou vinte que falam português. Muitos têm medo de lutar contra os garimpeiros, os fazendeiros, os brancos. Eu não, eu não tenho medo. Porque nasci para defender meu povo. Não nasci para ficar na cidade. Me criei no mato, nunca saí do meu lugar, onde meus pais nasceram, se criaram.

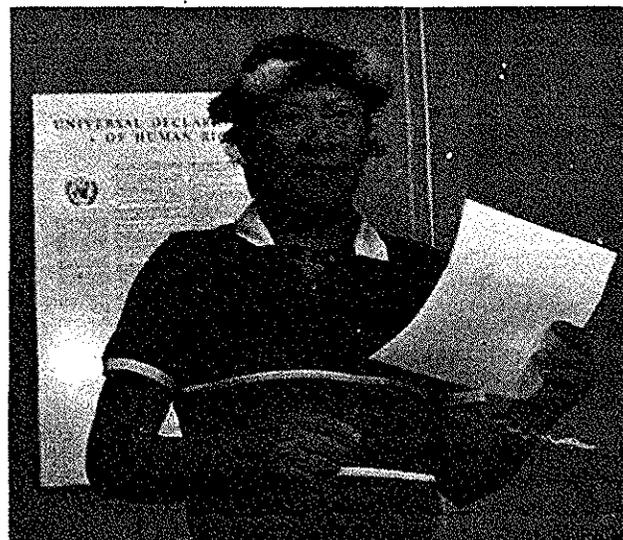
Não faço como os brancos, que saem daqui pra lá, vão a Roraima, fazendo barulho, fazendo maior bagunça lá, criando problema. Os Yanomami não fazem isso, os Yanomami têm respeito. Não têm estudo, mas andam na linha. A Funai pra mim morreu. Só ficou nome da Funai. Primeiro Funai tinha força pra ajudar índio, agora tá do lado dos garimpeiros. A Funai esqueceu dos índios, por causa do ouro. Muitos meus parentes não sabem que ganhei prêmio. Nós somos tão espalhados... não tem comunicação. Só vão saber quando eu chegar. Mas tem outros parentes muito preocupados de mim. Os pajés que trabalham pra proteger mim estão muito preocupados. Porque sou filho único pra defender povo Yanomami.

Então pajés tão fazendo trabalho pra não acontecer pra mim o que aconteceu Chico Mendes. Tem os guerreiros também que estão ao lado de mim, cuidando. Se garimpeiros quiser fazer matança de mim no mato, na aldeia, eles também não escapam não. Eles podem escapar na cidade, porque índios não vão lá. Mas na aldeia, não escapam. É bom que fiquem sabendo.

Agora nós tamos quietos. Mas se garimpeiros, se brancos forem mexer com nós vai ser pra matar e morrer. Daí morre índio, morre branco, morrem todos. Tem que respeitar os índios. Nós estamos respeitando branco. Conheço vocês, falo língua de vocês, não sou contra os garimpeiros. Sou contra a garimpagem porque deixa buraco, estraga rio e igarapé. Os Yanomami não fazem isso, cortar terra, cortar árvore, queimar floresta. Nós não ser inimigo da natureza. Somos amigos da natureza porque vivemos lá na selva. Ela é que cuida da nossa saúde. Lá não faz calor porque tem árvore alta. Aqui não tem pau alto, por isso vocês têm que ficar comprando ventilador. Omami (Deus) deu a terra pra gente viver nela, não pra vender. Branco vende, vai pra outro lugar. Índio não faz isso.

Não estou satisfeito porque bran-

Davi Kopenawa, que recebeu o Prêmio Global 500 da ONU (o mesmo recebido por Chico Mendes), está ameaçado de morte. Yanomami, Davi tem lutado incansavelmente a favor de seu povo (Moreno). Foto publicada na revista ISTO É SENHOR, número 1013



cos me deram esse prêmio. Estou e não estou. Porque os meus parentes estão morrendo. Antes não acontecia isso, os Yanomami não sabiam que os brancos iam fazer mal pra gente. Agora os peixes estão sofrendo, os rios tão acabando. Os brancos também tão sofrendo lá. Índio e branco, branco pobre e branco rico. Porque a doença não tem medo, ela mata qualquer um, poder ser rico, pode ser brabo, pode ser grande.

O governo brasileiro vai ter que ajudar para parar isso aí. Se ele deixar invadir esse pedacinho do Brasil, não vai ter outro igual a essa área Yanomami. A minha é a última terra pra invadir, é a última invasão. Depois do índio sofrer, o branco vai sofrer também. Aí vai chegar a guerra entre vocês: venezuelanos e brasileiros vão

brigar, vocês vão ver. O meu trabalho é pra frente, eu não penso só no hoje não.

Eu sabia que os garimpeiros iam chegar na minha área, eu sabia tudo. Eu sabia que a Funai ia abrir mão pros garimpeiros invadirem. Os índios pediam pra retirar garimpeiros e a Funai não tomava providência. O branco diz que o Brasil vai melhorar, mas tá piorando. Os brancos tão sofrendo também, os pobres. Não tão sofrendo? Não tem terra pra plantar, não tem terra pra viver. O governo quer tudo só pra ele. Não devia estar fazendo isso não. Devia dar pros pobres também. Eles acham que quando morrerem vão poder levar tudo isso junto com eles? Não. Vão ter de deixar. Esse é o meu pensamento, esse é meu trabalho. Era só isso que queria dizer.

JORNAL DOS DIREITOS HUMANOS

Órgão do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH)
 Sede nacional do MNDDH: SDS - Ed. Venâncio VI, bloco O, 39, sala 109, 70302, DF - (061) 321 4751
 Editor responsável: Dermi Azevedo (reg. prof. Mtb 239)
 Editor assistente: José Pedro Soares Martins (reg. prof. Mtb 17572)
 Redação: Guilherme Saigado Rocha e Maria do Rosário Lino
 Conselho editorial: Conselho Nacional do MNDDH
 Contatos com a editoria: av. Ipiranga, 1.267, 8º andar, 01039, São Paulo, SP - (011) 229 6734
 Revisão: Regina Santos
 Diagramação: Mário Lucena
 Paste up: Jorge Mariano
 Produção gráfica: AGEN - 229 6734
 Impressão: Gráfica do Sindicato dos Bancários - r. Domingos Rogates, 100 - (011) 63 7091
 Regionais do MNDDH:
 Norte I (AC, AM, RO, RR) - CDDH - CNBB Regional - av. Epaminondas, 722, CP 958, 69010, Manaus, AM - (092) 233 8072
 Norte II (PA, MA, AP) - Sociedade Paraense de Defesa dos DH - rua Senador Manoel Barata, 47, sala 302, 66020, Belém, PA - (091) 225 4677
 Nordeste (CE, RN, PB, PE, AL, BA, SE, PI) - CDDH João Pedro Teixeira - praça Coronel Antônio Pessoa, 102, Centro, 58100, Campina Grande, PB - (083) 321 4375
 Leste I (ES, RJ) - CDDH Petrópolis - rua Carlos Gomes, 180, CP 90581, 25621, Petrópolis, RJ - (0242) 42 2462
 Leste II (MG) - CDDH Juiz de Fora - rua Henrique Sururus, 30, 36013, Juiz de Fora, MG - (032) 211 8677
 Sul I (SP) - Centro Santo Dias - av. Higienópolis, 890, sala 19, 01238, São Paulo, SP - (011) 825 4414
 Sul II (PR, SC, RS) - CDDH Joinville - rua 15 de Novembro, 353, sala K, CP 778, 89200, Joinville, SC - (0474) 22 8989
 Centro-Oeste (GO, MT, MS) - Instituto Brasil Central - rua 240, lote 19, quadra 93, Setor Universitário, 74210, Goiânia, GO - (062) 255 2801

ASSINE O JORNAL

ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL
 ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL
 ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL
 ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL
 ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL
 ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL
 ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL
 ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL - ASSINE O JORNAL

Desejo assinar o Jornal dos Direitos Humanos por 1(um) ano, a partir dede 1989, pelo que pagarei NCz\$ 6,00, em cheque nominal ao CDHAL (Cristãos pelos Direitos Humanos na América Latina), endereçado à Agência Ecumênica de Notícias — avenida Ipiranga, 1.267, 8º andar, CEP 01039, São Paulo, SP.

NOME _____
 ENDEREÇO _____
 BAIRRO _____ CEP _____
 CIDADE _____ ESTADO _____
 Nº DO CHEQUE _____ TELEFONE _____

DAVI YANOMAMI, PRÊMIO GLOBAL 500, DA ONU

Foto: Duda Bentes/AGIL

“O GOVERNO BRASILEIRO VAI TER QUE AJUDAR PARA PARAR ISSO AÍ. SE ELE DEIXAR INVADIR ESSE PEDACINHO DO BRASIL, NÃO VAI TER OUTRO IGUAL A ESSA ÁREA YANOMAMI. A MINHA É A ÚLTIMA TERRA PRA INVADIR, É A ÚLTIMA INVASÃO. DEPOIS DO ÍNDIO SOFRER, O BRANCO VAI SOFRER TAMBÉM”



MNDH

MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

SDS EDIFÍCIO VENÂNCIO VI BLOCO 0 39 SALA 109 FONE: (061)321 4751 CEP 70302 BRASÍLIA DF